

# Repensando 82

## Avaliação do 1º semestre e as perspectivas brasileiras.

**A**inquietação transmitida pelas palestras dos três economistas que protagonizaram ontem o "Repensando-82", promovido pela Gazeta Mercantil simultaneamente em dez capitais brasileiras, atingiu as centenas de empresários e executivos que participaram do programa.

O editor Walter Clemente, que acompanhou os trabalhos no Recife, onde estava o professor Luciano Coutinho, conta a quase angústia, apesar do bom humor, com que os empresários nordestinos ouviram as previsões de uma nova recessão em 1983. Ao final dos debates, ao encaminhar uma pergunta para o Rio de Janeiro, um dos empresários recomendou ao professor Coutinho: "Pede para não fazerem a recessão, diga que somos contra".

A nova fase contracionista, de qualquer forma, segundo o professor Paulo Rabello de Castro, um dos conferencistas, não dependeria da vontade de fazer ou não a recessão. Seria, isto sim, consequência inexorável do estreitamento da margem de manobra na área externa. A opção, disse Rabello de Castro, seria entre fazer a recessão conscientemente ou ser obrigado a entrar nela pelo constrangimento externo. Desde logo, ele rebateu a tese da renego-

ciação da dívida externa, uma saída comumente aventada por economistas da oposição. Esse caminho, para Rabello de Castro, levaria igualmente à recessão, porque a renegociação estancaria o fluxo de recursos externos, e o País seria obrigado a cortar ainda mais as importações, única forma de poupar divisas. Cortadas as importações, que já estariam no limite mínimo, a recessão seria imediata.

O professor Celso Luiz Martone, coordenador dos trabalhos em Brasília, deteve-se na explicação do estreitamento da margem de manobra na área externa. Segundo o relato do editor Celso Pinto, Martone lembrou que não há espaço para expansão das exportações a curto prazo, porque os mercados se fecharam. Assim, pouco se poderia fazer em matéria de política cambial, como também escassos seriam os mecanismos para minorar, na área financeira, os compromissos de 10 bilhões a 10,5 bilhões de dólares de juros a serem pagos em 1982.

A voz de Pedro Malan foi talvez a única discordante, entre os economistas que coordenaram o debate, sobre a inexorabilidade de uma nova recessão. O próprio Malan, porém, que estava em Belo Horizonte, não apresentou sugestão prática. De

qualquer forma, como relata o editor Pedro Lobato, os participantes de Belo Horizonte concordaram com o economista quando ele sugeriu que as autoridades brasileiras devem resistir à tentação de simplesmente esperar que uma recuperação da economia norte-americana, em 1983, nos salve do desastre. Os empresários sugeriram que o governo passe a repensar desde já a atual política econômica, de modo a se ganhar algum tempo. Romper a vinculação das taxas de juros internas às externas, por exemplo, foi uma das sugestões para estudo.

A questão dos juros, de resto, foi discutida em todas as capitais. Em Fortaleza, segundo informou o editor S. Stéfani, os cearense concordaram com a necessidade de manter as taxas internas ligeiramente acima das internacionais, para estimular a captação externa de recursos. As taxas atuais, entretanto, estariam atingindo níveis insuportáveis para a região nordestina, com graves efeitos sobre o capital das empresas.

A questão dos juros foi também bastante

debatida no Rio de Janeiro, sob a coordenação do professor Luiz Gonzaga Beluzzo, que também coordenou o programa no âmbito nacional. Para Beluzzo, três fatores são responsáveis pelas altas taxas reais de juros: a estrutura de intermediação financeira, caracterizada pela oligopoliização do crédito; o contingenciamento do crédito; e a política de dívida pública praticada pelo Banco Central.

Em Salvador, pelo relato do repórter José Casado, o professor João Manoel Cardoso de Mello teve de responder a uma pergunta sobre a competência do ministro Delfim Netto: "Diante do quadro atual, extremamente grave, não creio que seja uma questão de competência, mas de interesse. São 120 milhões de brasileiros trabalhando para vinte bancos nacionais e vinte bancos internacionais. Há grandes interesses em jogo".

Em São Paulo, ao final dos debates, ficou uma pergunta no ar: "Como será corrigida a defasagem cambial indicada pelos dois conferencistas? De um a só vez?"